

**AgInt nos EMBARGOS DE DIVERGÊNCIA EM RESP Nº 1.704.128 - SP
(2017/0267704-5)**

RELATORA : MINISTRA LAURITA VAZ
AGRAVANTE : PAUL TEDDY ARRAYA AVILES
ADVOGADOS : JOSÉ MÁRIO MILLER - SP088150
ANTONIO CLAUDIO MILLER - SP136575
AGRAVADO : BELMIRO DE NÓBREGA
ADVOGADOS : WASHINGTON EDUARDO PEROZIM DA SILVA - SP131825
JOSÉ FRANCISCO PACÓLA E OUTRO(S) - SP137262
INTERES. : CELI APARECIDA AFFONSO

EMENTA

AGRAVO INTERNO NOS EMBARGOS DE DIVERGÊNCIA EM RECURSO ESPECIAL. PROCESSO CIVIL. AÇÃO DE EXECUÇÃO DE TÍTULO EXECUTIVO EXTRAJUDICIAL. PENHORA DE PERCENTUAL DE SALÁRIO. DÍVIDA DE CARÁTER NÃO ALIMENTAR. RELATIVIZAÇÃO DA REGRA DE IMPENHORABILIDADE. EMBARGOS DE DIVERGÊNCIA LIMINARMENTE INDEFERIDOS. POSSIBILIDADE DE CONSIDERAR SUFICIENTE O COTEJO ANALÍTICO. QUESTÃO MERITÓRIA PENDENTE DE REAPRECIÇÃO NA CORTE ESPECIAL. POSSIBILIDADE DE EVENTUAL AFASTAMENTO DA SÚMULA N.º 168/STJ. DECISÃO AGRAVADA RECONSIDERADA PARA ADMITIR O PROCESSAMENTO DOS EMBARGOS. VISTA AO EMBARGADO PARA IMPUGNAÇÃO.

DECISÃO

Proferi a decisão de fls. 826-830, indeferindo liminarmente os embargos de divergência, porquanto entendi que não teria havido adequado cotejo analítico da divergência suscitada e, ademais, que o acórdão embargado espelhava jurisprudência predominante na Corte, razão pela qual incidiria a Súmula n.º 168/STJ.

Nas razões do agravo interno, sustenta o Agravante, em síntese, ter havido suficiente cotejo analítico, além de a questão não se encontrar pacificada no âmbito deste Superior Tribunal de Justiça.

Foi apresentada impugnação ao agravo interno às fls. 855-868, pugnando pela manutenção da decisão agravada.

Nesse ínterim, o Agravante atravessou petição às fls. 871-839, sustentando que, "*ao contrário do asseverado nos autos – a questão (possibilidade de penhora de*

Superior Tribunal de Justiça

salário) AINDA não é predominante nesta C. Corte, servindo os casos apresentados inclusive como divergência jurisprudencial, sendo que esta C. Corte Especial há de decidir a questão, possivelmente favorável à tese do requerente (já são 6-seis votos a favor na Corte Especial – no REsp 1.815.055/SP), no sentido de que os salários são absolutamente impenhoráveis, inclusive para pagamento de honorários advocatícios (de natureza alimentar)" (fl. 875).

É o breve relatório do necessário.

Decido.

A despeito de ter apontado a inadequação do cotejo analítico do arguido dissídio, revendo a petição recursal – deveras extensa e prolixa, *concessa maxima venia* –, é possível considerar satisfeito o requisito formal, ainda que a melhor técnica não tenha sido observada.

Outrossim, de fato, a questão meritória se encontra pendente de revisão no âmbito da Corte Especial (REsp 1.815.055/SP, Rel. Ministra Nancy Andrigli), sendo possível identificar uma tendência de se reverter a jurisprudência até então firmada, o que afastaria, nesse caso, a incidência da mencionada Súmula n.º 168/STJ.

Ante o exposto, RECONSIDERO a decisão agravada, para ADMITIR o processamento dos embargos de divergência.

Intime-se a Parte Embargada para, no prazo legal, apresentar impugnação aos embargos.

Após, à conclusão.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 03 de abril de 2020.

MINISTRA LAURITA VAZ
Relatora